

'Feminicídio é um fenômeno sociológico, e o Estado precisa mudar a cultura dos homens'

A advogada afro-americana Patricia Sellers é especialista em gênero no Tribunal Penal Internacional, onde ajudou a julgar casos históricos de estupro

(O Globo, 11/09/2019 - acesse no site de origem)

A advogada criminal internacional, assessora especial para **gênero** no Tribunal Penal Internacional (TPI) e professora da Universidade de Oxford, Patricia Sellers, viveu no Brasil na época da redemocratização e sentiu “os ventos da democracia”. Na Europa, atuou em casos importantes no TPI, trabalhando pelo reconhecimento do **estupro** como crime contra a **Humanidade** e crime de genocídio.

Nesta semana, voltou ao Rio de Janeiro para participar do colóquio “Legislação antirracista: ensino e pesquisa”, direcionado a estudantes de Direito e que terminou nesta terça-feira, e conversou com O GLOBO sobre racismo, feminismo, estupro e democracia.

Você passou três anos no Brasil. Como foi a experiência?

Foi muito interessante porque pude comparar e ver similaridades entre o Brasil e a América. As principais semelhanças entre norte-americanos, latino-americanos e caribenhos é que essas terras eram habitadas pelos povos indígenas, com civilizações e cidades como Cuzco e Machu Picchu. A comida reflete isso. Já a influência africana na nossa cultura gerou a música soul, o samba e o jazz. O que também temos em comum foi não ter dado poder econômico e político para esses indígenas, ter tido trabalho escravo dos negros, e descendentes deles, que viveram formas legais de apartheid e formas sociais de discriminação que persistem até hoje.

Como é esse apartheid social?

Nos EUA, antes de 1967, o casamento interracial era ilegal, as pessoas não podiam viver em certas áreas nem ser admitidas em certas escolas, isso é uma discriminação legal. Mas depois ficou a discriminação social. Tem uma expressão interessante aqui no Brasil que é “o lugar do negro”, certos lugares em que você não espera ver negros. Pode não ser ilegal nos livros, mas há uma discriminação social. Quando a escravidão foi abolida, as descendentes nas áreas urbanas viraram empregadas em casas de famílias ricas, e aqui no Brasil eu vejo isso. Eu sou da segunda geração de universitárias, minha mãe era professora. Nos EUA, as negras podiam ser professoras ou enfermeiras, eram as profissões aceitas, não médicas, advogadas. Quando vivi aqui, via as descendentes passeando com os cachorros dos patrões às 7h e os trabalhadores da praia majoritariamente negros.

A senhora frequentou uma universidade de Direito que seria “historicamente negra”. No Brasil não temos isso. Temos uma política de cotas raciais. Como a senhora avalia o acesso à educação?

Nós também temos cotas nas universidades tradicionalmente brancas, para negros, latinos, já tivemos para judeus. A maioria das universidades é branca, mas algumas são historicamente negras, como Howard, Lincoln, Bennett College. Aqui vocês ainda discutem o sistema de ações afirmativas. Nos EUA tinha a combinação das duas coisas. Se eu acho que funcionam? No geral, sim. Se eu acho que tem problemas? Sim. Nos EUA, as ações afirmativas sempre foram atacadas. Se uma pessoa negra tira o lugar de uma branca, dizem que não é justo. Bom, não perguntaram se era justo eu dar 300 anos de trabalho não remunerado. Não estou tirando o lugar de alguém, estou ganhando um retorno muito pequeno após gerações que não ganharam nada. Um monte de gente vai às universidades, e não são necessariamente os melhores, mas porque os pais frequentaram, ou avós, então esse legado é como um ponto extra. É um tipo de ação afirmativa, mas ninguém nunca viu isso como uma vantagem a ser questionada, que a outra pessoa devia ter o mesmo direito.

Como a senhora vê a questão do feminismo negro? É possível haver um movimento que contemple todas as mulheres?

Algumas mulheres tentam fazer como se o movimento feminista fosse completamente universal, e não é. As mulheres brancas pensam que falam pelas mulheres de forma geral, mas sabemos que não é verdade. Como o feminismo afeta uma mulher que trabalha num estado pobre e rural? É preciso ver a situação econômica, geográfica, racial, e ter certeza que esse feminismo incorpora a minha experiência, mesmo que falemos de discriminação contra as mulheres como um todo. Acho que incorporar experiências políticas e emocionais variadas enriquecem o feminismo. Um feminismo interseccional porque a sociedade tem intersecções.

Dou um exemplo: em muitos lugares do mundo, nos anos 1970 e 1980, havia um movimento grande sobre violência doméstica. Na mesma época, as mulheres negras, não importa se do Brasil, dos EUA ou de uma casta na Índia, eram estupradas, abusadas ou apanhavam da polícia. Mas isso não entrava como uma questão essencial de violência contra a mulher — hoje é mais. Então, a questão que se colocava era: como essa violência tão constante contra as mulheres negras pode não ser uma coisa fundamental, não que a violência doméstica não seja importante, mas como falamos da violência na esfera privada enquanto ela acontece na esfera pública, institucional? Isso nunca foi um assunto principal.

Como chegou ao Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia?

Quando fui à Bélgica com meu marido soube do Tribunal Internacional para Iugoslávia e fiquei animada em poder voltar ao direito criminal. Os promotores acabaram me chamando e pediram que eu me juntasse a eles como defensora pública, já tinha experiência com questões femininas por causa do Brasil. Foi assim que entrei na área criminal internacional e me pediram particularmente para trabalhar com a parte de violência sexual. A estimativa é de que tenham ocorrido mais de 20 mil estupros na guerra da Iugoslávia. Na época, a rede CNN mostrava fotos da guerra, o movimento feminista era muito mais global e questionava as Nações Unidas sobre os direitos femininos, olhando para a situação das mulheres nos países em guerra. Trabalhei desenvolvendo estratégias legais para trazer esses casos, como Kunarac (a primeira vez em que estupro foi tratado como um crime contra a humanidade), à corte.

Depois veio Ruanda.

Sim, oito meses depois, Ruanda teve o genocídio e o mesmo promotor assumiu e eu me tornei conselheira de gênero para Ruanda. Trabalhei no caso Akayesu, relacionando violência sexual

com genocídio (esse foi o primeiro caso em que o estupro foi considerado uma forma de genocídio). Assim eu comecei nessa área do Direito e trabalho com isso há 30 anos, fazendo consultorias, dando aulas e aconselhando cortes criminais.

Esses casos foram marcantes no entendimento do estupro como algo criminoso numa guerra. Como ocorreu essa transformação?

O que eu gostaria de dizer primeiro é que o estupro é um crime de guerra há centenas de anos. No começo do século XIX, começaram a falar de honrar a família, que era uma referência à violência sexual. Então é falso dizer, adoraria receber o crédito, que o estupro virou crime de guerra nas cortes de 1990. Nos textos do Julgamento de Tóquio (1946-1948), você tem que parar, fechar o livro e respirar, porque é cheio de estupros, é estupro demais, centenas e centenas. Nos Julgamentos de Nuremberg (1945-1946) não tinha a palavra estupro, usavam vários eufemismos. Se entende o que o julgamento diz, há muitas evidências de estupro, mas havia um entendimento de que os crimes de guerra são terríveis então como lidar com cada um, como estabelecer categorias. Então pelas bases legais incluíram violência sexual e estupro numa categoria de Tratamento Desumano, que englobava estupros, forçar prostituição, abusos de prisioneiras etc.

Em 1994, no Tribunal da Iugoslávia, tínhamos que procurar uma nova abordagem. “O que você quer? Acontece na guerra.” Sim, acontece na guerra e é crime. Se você olhar nos Protocolos da Convenção de Genebra de 1977 falam explicitamente de estupro. Mas, nas Convenções de 1949 (tratados internacionais que contêm as normas mais relevantes que limitam as barbáries da guerra) não havia isso explícito. Então eu tive que criar a estratégia legal para lidar com violência sexual.

Como julgar um crime sem que exista uma palavra para defini-lo?

Tem que entender o que as palavras diziam em cada época. Em 1919, depois da Primeira Guerra Mundial, os vitoriosos resolveram que iriam julgar crimes de guerra. Fizeram uma lista de 32 crimes. Sabe qual era o quarto na lista? Estupro. Ninguém precisava dizer, mas todos sabiam que aquele ato era crime. Em 1949 as Convenções de Genebra não usam a palavra, mas você lê nas entrelinhas, o tratamento desumano a mulheres. Em 1929, os alemães, que haviam perdido a guerra, propuseram acrescentar uma frase nas convenções: “mulheres que sejam prisioneiras de guerra devem receber toda consideração pelo seu gênero”. Uma sentença interessante. O que quer dizer? “Parem de estuprar as prisioneiras.” Em 1945, em todas as Convenções, aparecia essa frase. Agora, depois de tantas Convenções, temos estupro, forçar prostituição, abuso sexual etc. De qualquer forma tudo é proibido.

Em 1994, eu decidi depois de fazer toda essa pesquisa que aquela conduta poderia ser julgada. A estratégia legal na Iugoslávia era investigar violência sexual, julgar e categorizar. Em Kunarac, e é famoso por isso, categorizei como violência sexual e escravidão. Ou seja, escravidão não é só trabalhar na plantação, mas tendo bebês para seus ‘donos’, se tornando escrava sexual ou ama de leite. Em Kunarac, essas mulheres da Iugoslávia de 13 a 35 anos foram mantidas num pequeno grupo que eram mantidas presas e eram levadas com esses homens que tinham acesso a elas para sexo.

No caso Akayesu, em Ruanda, muitas mulheres eram estupradas e logo depois mortas, outras não. O genocídio em Ruanda era composto basicamente por dois atos: matar e estuprar. Para haver o crime de genocídio você não precisa morrer, o primeiro ato num genocídio é matar, o

segundo é criar forte dor a um membro do outro grupo, e essa definição pode servir para tortura. E violência sexual é tortura. Essa foi a estratégia.

O estupro na guerra vai além do aspecto sexual, podendo ser uma forma de punição, de poder, de fazer filhos. Dá para estabelecer esses limites?

Depende das circunstâncias. Na Iugoslávia havia rumores de campos de estupro para mulheres para ter bebês. Não achamos evidências disso, havia mulheres que eram estupradas e acabavam grávidas, mas não necessariamente elas eram mantidas escravas para ter filhos. No Camboja casais eram obrigados a ter relações porque eles queriam bebês, aí você vê a violência sexual contra a mulher e homem para produzir filhos para o grupo. Em Uganda, a milícia força meninas a viajar com ela para serem escravas sexuais e às vezes os bebês viravam parte da milícia. Há muitas razões diferentes, mas isso não necessariamente muda o fato de que eles decidiram cometer o ato e cometeram um crime de guerra.

A senhora vê essas situações se repetirem hoje?

Sim, isso ainda acontece hoje. O que me vem primeiro à cabeça é o Estado Islâmico e as mulheres yazidis, que são escravas sexuais. Elas são levadas ainda crianças e ficam com um combatente e quando ele morre ela ganha outro “marido” combatente.

Aqui no Brasil as mortes de mulheres pelos parceiros passaram a ser chamadas de feminicídio. Dar um nome específico à morte de mulheres ajuda no combate?

A América Latina está criando esse crime em que as mortes são classificadas como crimes de gênero. Agora na França, oito mulheres foram mortas assim neste ano, no Reino Unido já tivemos casos. A América Latina entendeu e, a Europa agora, que não é só mais uma morte individual. São mortes articuladas que fazem parte de um movimento. Isso coloca esses crimes num contexto social. É um fenômeno sociológico. Bom, tem uma lei, vamos investigar. Mas não é só uma questão de lei. O Estado tem a obrigação de mudar a cultura dos homens, as instituições têm que fazer essa mentalidade mudar para que esses crimes parem.

Como está sendo voltar ao Brasil no momento em que várias organizações reclamam das posições do governo sobre direitos humanos?

O que eu gostaria de dizer é que há muitas décadas o Brasil estava muito excitado sobre a volta da democracia, havia uma animação no ar, os ventos da democracia. Eu venho da Filadélfia, uma cidade de contradições que teve a declaração de Independência. E esse texto fala em “nós”. Mas quem era esse “nós”? Não queria dizer índios, escravos, mulheres... Precisamos sempre fortalecer a ideia do “nós”. Hoje contemplamos pessoas com deficiência, transgêneros. Há momentos em que o entendimento da democracia passa pela definição de que é o “nós”. E quem queremos ser?

Por Constança Tatsch

A cada quatro horas uma menina com menos de 13 anos é estuprada no Brasil

Dados são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que mostram que assassinatos no Brasil caíram 11%, enquanto mortes nas mãos da polícia aumentaram 19%, cujas vítimas são homens (99%), negros (75%) e jovens (78%)

(El País, 11/09/2019 - acesse no site de origem)

O adolescente Marcus Vinícius da Silva, de 14 anos, e sete pessoas mais morreram por disparos durante uma operação policial no Complexo da Maré, no Rio, numa quarta-feira de junho do ano passado. O garoto ia para a escola quando foi atingido por um tiro estômago. A fria estatística indica que naquele dia 17 brasileiros foram mortos por tiros da polícia. Eles representam um inquietante fenômeno que está crescendo no Brasil. As mortes em ações policiais aumentaram 19% no ano passado, embora os assassinatos em geral tenham caído 11%, segundo o detalhado Anuário de Segurança Pública 2019 elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresentado nesta terça-feira em São Paulo. Os especialistas (acadêmicos, policiais, juízes, procuradores) que elaboraram o relatório de 200 páginas ressaltaram que não existe relação de causa e efeito entre os dois índices.

Uma análise dos dados por Estado mostra, segundo a diretora-executiva do Fórum, Samira Bueno, que “não existe uma correlação direta em que uma coisa se explica pela outra. Os crimes não diminuem mais onde há mais mortes nas mãos da polícia”.

As mortes em confrontos com as forças de segurança aumentaram em relação ao ano anterior. Em 2018, houve 17 mortes diárias, em comparação com as 14 por dia em 2017, quando também ocorreu um aumento significativo.

As tréguas entre facções criminosas são um dos fatores, mas não o único, como insistem os especialistas, que explicam o fato de as mortes violentas terem caído depois de atingir o número recorde de 64.000 em 2017. O Brasil, com 210 milhões de habitantes, é quase duas vezes maior que a União Europeia, e é o país do mundo com mais mortes intencionais.

Este anuário é uma detalhada radiografia da violência durante o ano que antecedeu a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, impulsionado, entre outros fatores, por um discurso de linha dura contra os criminosos, que convenceu milhões de brasileiros preocupados com a criminalidade. Diante de um Governo que pretende flexibilizar a compra e posse de armas, assim como as circunstâncias nas quais os policiais que matam suspeitos são isentados de culpa, os especialistas do Fórum criticaram as duas iniciativas, considerando-as ineficazes para combater a violência.

A comparação com países vizinhos indica que a polícia brasileira está entre as mais letais da América Latina. Bueno detalhou que, embora a dinâmica da violência no Brasil seja semelhante à da Colômbia, lá as vítimas das forças policiais representam 1,5% dos homicídios em geral, sete vezes menos do que no Brasil. A porcentagem brasileira é equivalente à de El Salvador, de quase 11%. Ambos estão muito abaixo da Venezuela, onde as mortes em ações policiais representam arrepiantes 25% dos homicídios, em um país que o anuário destaca que não é democrático.

As vítimas da polícia brasileira são homens (99%), negros (75%), jovens (78%). Um dos especialistas do Fórum apontou o racismo estrutural que existe no Brasil entre os fatores que explicam o fato de que muito mais negros do que seus compatriotas brancos são mortos por tiros da polícia.

Educação sobre igualdade de gênero

O anuário inclui dados estupefacentes, como o de que uma menina com menos de 13 anos é estuprada a cada quatro horas. A violência sexual atinge principalmente os mais vulneráveis, agredidos geralmente em suas casas – por seus pais, padrastos, tios, vizinhos ou primos. Por isso, o fórum destacou a importância de que as escolas eduquem sobre igualdade de gênero e violência sexual. As menores de 13 anos representam mais da metade (54%) das vítimas dos 66.000 estupros registrados, um dramático recorde no Brasil. As vítimas do sexo masculino são ainda mais jovens, a maioria tinha menos de sete anos. Tanto as vítimas de estupro como de [feminicídio](#) aumentaram 4%, com mais de 1.200 mulheres assassinadas principalmente por seus companheiros ou ex-companheiros em um país onde há uma denúncia por violência doméstica a cada dois minutos. O anuário inclui também dados animadores, como o de que os crimes contra o patrimônio caíram 14%.

Por Naiara Galarraga Gortázar

[Edital ELAS na Moda e Sem Violência](#) [recebe inscrições de projetos até](#) [02/09/2019](#)

Como enfrentar a violência contra a mulher, presente também no campo da moda, e que afeta prioritariamente mulheres negras e jovens?

O Fundo ELAS e o Instituto C&A querem acelerar a transformação em direção à justiça de gênero, apoiando organizações de mulheres que atuem pelo fim da violência nos seus espaços de trabalho, nas localidades onde vivem e comercializam seus produtos.

O Edital ELAS na Moda e Sem Violência vai fortalecer mulheres que atuam nessa cadeia produtiva – desde a agricultura, indústria, confecção, comércio e campos afins – para uma moda justa, sustentável e sem violência.

[Clique aqui para conhecer o edital](#) e [aqui para acessar o formulário de inscrição](#)

#ELASnaModa

[1ª Marcha das Mulheres Indígenas, por Carla Batista](#)

Indígenas, rurais, com apoio de outros movimentos de mulheres e feministas, em manifestação.

[\(Folha de Pernambuco, 01/08/19 - acesse no site de origem\)](#)

Dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostram que o desmatamento da Amazônia, só em junho de 2019, subiu 88% em relação ao mesmo mês do ano passado. A área equivale a 4 cidades do Recife. Nos últimos dias garimpeiros invadiram aldeia e mataram o líder indígena Emyra Wajãpi. Tiveram sua ação respaldada pela autoridade máxima do país, que disse não ter havido indício de que Emyra fora realmente assassinado. Nada mais, nada menos! Declarações que se somam a um projeto de destruição e morte. Nada a mais, tudo a menos!

Neste contexto, que se agrava a cada dia, as mulheres vão novamente às ruas, num processo que vem se organizando e estabelecendo alianças há meses. A 1ª Marcha das Mulheres Indígenas acontece neste 2019 junto à Marcha das Margaridas. Contam com o apoio, na construção e na presença, de diversos movimentos de mulheres e feministas de todo o país.

Segundo Maria Leonice, coordenadora da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR), está acontecendo um importante envolvimento e mobilização nacional. “No momento atual, o governo brasileiro vem mostrando que não temos importância nenhuma para o planeta. A floresta não tem importância. Veja o nível de desmatamento, a investida do agronegócio... E, como mulheres indígenas, estamos ligadas ao meio ambiente e estamos lutando pela nossa sobrevivência”. Ela reforça e denuncia: “os movimentos que defendem seus territórios e as florestas, de indígenas e rurais, estão sendo assassinados. Por isso uma aliança com a Marcha das Margaridas: queremos mostrar que, apesar de sermos discriminadas no Brasil, temos causas comuns e estamos unidas nestas mesmas causas”. Elas terão um longo caminho até chegar ao seu destino. Para isso, [solicitam apoio](#).

Em maio, foi lançado em Berlim um mapeamento coordenado pela pesquisadora Larissa Mies Bombard, do Laboratório de Geografia Agrária da USP, sobre o nível de envenenamento de alimentos no Brasil. O elevado índice de resíduos agrotóxicos permitidos no país: nos alimentos, na água potável, contaminando o solo, provoca doenças e mata pessoas. E como temos acompanhado, a liberação deste envenenamento está ocorrendo de forma indiscriminada e irresponsável. A defesa das florestas, da demarcação das terras indígenas, assim como a defesa da reforma agrária, da agricultura familiar, da agroecologia, são pautas que estão relacionadas, inadiáveis para todas as pessoas que lutam pelo direito à vida.

Dorinha, que é cacique Pankara em Pernambuco, conta que no estado cada povo tem a sua organização, de acordo com a sua realidade. A das mulheres se dá, especialmente, em torno da questão territorial, mas discutem também violência contra as mulheres e políticas públicas. “Estamos unidas para combater os retrocessos do desgoverno que atingem em particular as mulheres. Estivemos com muita força no Acampamento Terra Livre (abril) e também faremos o acampamento indígena no período da Marcha das Margaridas”. Ela destaca a importância de união nesta conjuntura, para “nos fortalecer, na diversidade, para alcançarmos nossos objetivos. Caminhamos junto com os nossos companheiros nas lutas pela terra, saúde e educação. Ninguém solta a mão de ninguém, e a luta continua!”.

Não localizei a adesão e apoio explícitos, de forma significativa, de companheiros de movimentos sociais mistos, sindicatos urbanos, setores de esquerda que têm bandeiras comuns. Este será um daqueles momentos que farão a história das lutas no nosso país. O sentido político do seu fortalecimento frente às demandas da conjuntura deveria ser um estímulo para as alianças, ainda que fossem apenas contingentes.

O [Atlas: Geografia do uso dos agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia](#), de Larissa Mies Bombardi - Laboratório de Geografia Agrária da FFLCH da USP. SP, 2017, [pode ser acessado](#).

Carla Gisele Batista é historiadora, pesquisadora, educadora e feminista desde a década de 1990. Graduiu-se em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1992) e fez mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (2012). Atuou profissionalmente na organização SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia (1993 a 2009), como assessora da Secretaria Estadual de Política para Mulheres do estado da Bahia (2013) e como instrutora do Conselho dos Direitos das Mulheres de Cachoeira do Sul/RS (2015). Como militante, integrou as coordenações do Fórum de Mulheres de Pernambuco, da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Articulación Feminista Marcosur. Integrou também o Comitê Latino Americano e do Caribe de Defesa dos Direitos das Mulheres (Cladem/Brasil). Já publicou textos em veículos como Justificando, Correio da Bahia, O Povo (de Cachoeira do Sul).

Mulheres negras destacam papel dos objetivos globais na eliminação do racismo

As mulheres negras são 55,6 milhões de pessoas no Brasil. Representam 25% da população e compõem um dos grupos mais vulneráveis ao racismo, machismo e outras formas de discriminação. Os efeitos dessas desigualdades impedem que elas vivenciem direitos em todo o ciclo de vida, porque não acessam ou acessam pouco as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidos à população brasileira.

[\(ONU, 29/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Reconhecendo as mulheres negras como sujeitas de direitos e sujeitas políticas, a ONU Mulheres Brasil desenvolve, desde março de 2017, a estratégia de comunicação e advocacy Mulheres Negras Rumo a Um Planeta 50-50 em 2030 em parceria com organizações e entidades nacionais do movimento de mulheres negras para resposta às demandas da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida no ano de 2015.

Parceira da sociedade civil representada no Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, a ONU Mulheres Brasil apoia estratégias para avançar a resposta do país em relação às metas da Agenda 2030 e seus [17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#).

“Assim que os ODS foram anunciados pelos países, percebemos que outra vez as mulheres negras e os grupos vulneráveis estavam de fora desse debate. (...) Vimos que era necessário que novamente as mulheres negras tomassem rédeas desse processo”, considera Lúcia Xavier, integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, parceira da ONU Mulheres Brasil, e coordenadora de Criola - Organização de Mulheres Negras.



Lúcia Xavier em diálogo sobre ODS articulados com as dimensões de gênero e raça. Foto ONU Mulheres | Mayara Varalho

Segundo Lúcia, os ODS trazem desafios práticos e mensuráveis para a inclusão social da população negra por meio de metas e indicadores de progressos que visam monitorar investimentos, avaliar políticas e inovações para eliminar desigualdades.

“Para que essa agenda se afine um pouco mais é preciso divulgar não somente os ODS, mas as possibilidades de incorporação das mulheres negras nesse processo. Talvez a maneira mais concreta de fazer isso seja (...) olhar os ODS como uma oportunidade e enegrecê-los a ponto de poderem dar resposta às condições da população negra e das mulheres negras”, diz Lúcia Xavier.

Para Clátia Vieira, também integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e coordenadora do Fórum Nacional de Mulheres Negras, um dos momentos importantes de abordagem os ODS com foco no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça foi no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrido em dezembro de 2018, em oficina com cerca de 40 lideranças nacionais e estaduais além de mulheres negras da Colômbia e do Uruguai.

“Embora a gente tenha uma representação nacional, é sempre bom ouvir, apresentar os ODS para quem não conhecia. E foi muito boa a dinâmica de as pretas se colocarem a partir dos 17 ODS, falando sobre a região onde vivem e militam e fazer propostas. A oficina trouxe uma demanda para a nossa agenda. Se a gente está falando de uma pauta de mulheres negras, a gente não tem o porquê de ficar isolada numa decisão”, avalia Clátia Vieira.

No Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos, duas oficinas abordaram os ODS e a Década Internacional de Afrodescendentes - uma para lideranças nacionais e estaduais e outra para comunicadoras e ciberativistas -, atividades conjuntas do Comitê Mulheres Negras 2030, ONU Mulheres e organização do encontro nacional.

“Foi um primeiro momento de aproximação das organizações de mulheres negras organizadas sobre um conjunto de ferramentas de direitos acordados até 2030. Estes direitos apontam uma oportunidade para o enfrentamento do racismo e da dívida histórica do nosso país com as mulheres negras. Essa é uma agenda já consolidada e com um conjunto de informações e o que falta ser feito daqui para frente”, conta Lúcia Xavier.

Ana Lúcia Pereira, integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e componente da Agentes de Pastoral Negros, considera que “a forma como nós falamos sobre os ODS é um tanto distante das mulheres”. E constata a necessidade de inovar nas maneiras de abordagem das mulheres negras, um dos grupos mais vulneráveis às desigualdades sociais.

“Na oficina, cada mulher negra falou do lugar onde está qual dos objetivos que ela se identificava. Foi interessante porque ela percebeu que ela já trabalha esses ODS e pode contribuir conosco para que possamos identificar onde podemos estar e de que forma podemos fazer essa troca de conhecimento, sendo que a oficina foi apenas um exemplo de tudo aquilo que pode ser realizado.”

Pluralidade e inovação

Na visão da especialista em educação, gênero e relações raciais Suelaine Carneiro, facilitadora da oficina com lideranças nacionais e estaduais do movimento de mulheres negras, “os 17 objetivos dizem respeito a desafios para o planeta”. “Essa permanência da feminização da pobreza em famílias de mulheres negras é um desafio gigantesco a gente ter um outro planeta em 2030. A paridade de gênero e o enfrentamento ao racismo são agendas que se apresentam decisivas para a gente ter uma nova condição social em todos os países desse mundo”.

De acordo com Suelaine Carneiro, é fundamental a inclusão das mulheres negras no conjunto de parcerias destacadas para a implementação dos ODS não somente pela vulnerabilidade delas, mas pela capacidade de inovação que suas visões de realidade e mobilização social em comunidades pode agregar aos esforços do Brasil com o desenvolvimento sustentável.

“O que as mulheres negras discutem são as condições sociais da população brasileira, em particular as condições do grupo mais vulnerável que são as mulheres negras. Elas trazem pluralidade para pensar política pública, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Década Internacional de Afrodescendentes e o compromisso global para reversão das condições sociais da população negra”, alerta.

A jornalista Cleidiana Ramos, facilitadora da oficina com comunicadoras e ciberativistas, ressalta os desafios trazidos pelas novas tecnologias e tendências no ambiente digital. “A gente está numa segunda fase de revolução digital que mexe com linguagens, e a gente tem vários desafios. O principal talvez é como a gente consegue falar para o nosso público a partir de formas em que mudam as próprias formas de relacionamento com as plataformas”.

Ramos lembra que as mídias digitais ainda têm vasto potencial a ser explorado em termos de mapeamento e produção de conteúdos. “Quando utilizamos algumas dessas ferramentas, vimos que discussões sobre documentos-chave, como os documentos da Conferência de Durban e ODS, eles estavam praticamente ausentes do mapeamento em ambiente digital. É uma amostra do quanto a gente tem que estar conversando. a gente tem que estar se conectando e pensando em como aprofundar os nossos conteúdos. Mesmo que de uma forma leve, a gente não pode perder essas referências que qualificam esse debate”.

Mulheres Negras nos ODS

As mulheres negras são 55,6 milhões de pessoas no Brasil. Representam 25% da população e compõem um dos grupos mais vulneráveis ao racismo, machismo e outras formas de discriminação. Os efeitos dessas desigualdades impedem que elas vivenciem direitos em todo o ciclo de vida, porque não acessam ou acessam pouco as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidos à população brasileira.

Reconhecendo as mulheres negras como sujeitas de direitos e sujeitas políticas, a ONU Mulheres Brasil desenvolve, desde março de 2017, a estratégia de comunicação e advocacy Mulheres Negras Rumo a Um Planeta 50-50 em 2030 em parceria com organizações e entidades nacionais do movimento de mulheres negras para resposta às demandas da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida no ano de 2015.

Por meio do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, as ações são desenvolvidas junto a parcerias governamentais, do setor privado, da academia e diferentes setores da sociedade em apoio ao mandato da ONU Mulheres no país de apoio à implementação dos ODS. Em abril de 2019, o Comitê se reuniu, na Casa da ONU, em Brasília, para avaliação de ações desenvolvidas desde 2017 e plano de trabalho 2019-2020 integrado ao planejamento da ONU Mulheres Brasil.

Saiba mais: onumulheres.org.br/mulheresnegras

[Apesar de política pró-agrotóxicos, margaridas resistem, por Giulliana Bianconi](#)

Na Marcha das Margaridas, mulheres produtoras do campo e da floresta, indígenas e quilombolas ocuparão as ruas de Brasília, apoiadas pelas mulheres urbanas

[\(Época, 28/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Existem poucas coincidências em Brasília. Três dias após o presidente Jair Bolsonaro afirmar que “falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”, a lista de agrotóxicos liberados no país teve 51 novos produtos e fórmulas aprovados pelo Governo (Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura). Ponto para o agronegócio, que tem na ministra da Agricultura, Tereza Cristina — a líder da Bancada Ruralista no Congresso —, uma entusiasta da flexibilização das regras para fiscalização e aplicação dos agrotóxicos.

O contraponto a essa figura feminina não feminista e tudo que ela endossa à frente de um ministério pouco interessado até o momento em discutir o setor agrícola para além do agronegócio será feito por milhares de mulheres que se organizam para a Marcha das

Margaridas. De acordo com as organizadoras, são esperadas 100 mil mulheres na capital federal daqui a duas semanas.

A soberania alimentar é uma das bandeiras da Marcha das Margaridas. As mulheres produtoras do campo e da floresta, indígenas, quilombolas ocuparão as ruas de Brasília, apoiadas pelas mulheres urbanas, para reivindicar um Brasil que ainda é numeroso: o dos produtores locais que querem defender sua cultura alimentar e a diversidade dos modos de distribuição e consumo dos alimentos. Uma reivindicação que fala, inclusive, sobre a gestão do campo. De acordo com dados do Censo Agro (IBGE, 2017), o campo agrário, assim como a cidade, reflete também o avanço histórico das mulheres nos espaços de produção. Entre 2006 e 2017, o total de estabelecimentos agrícolas conduzidos por produtoras saltou de 12,7% para 18,6%. Há estados em que essa taxa, de mulheres produtoras, passa dos 20%, como Bahia, Pernambuco e Maranhão.

Do estado governado por Flávio Dino, recentemente chamado de “governador de paraíba” pelo presidente da República, sairão pelo menos 70 ônibus organizados. “É o maior grupo que já foi para a Marcha das Margaridas partindo daqui do Maranhão”, me disse a professora de filosofia Lavínia Moreno. Integrante do Coletivo de Mulheres do Maranhão, do Fórum de Mulheres Maranhenses e do Fórum de Filosofia do Maranhão, ela vai pela primeira vez à Marcha — que acontece a cada quatro anos, desde 2000. “Não havia como não ir neste ano, precisamos fazer a resistência a esse governo.” Em Pernambuco, estão confirmados 42 ônibus, somando cerca de 2 mil mulheres.

“Vamos a Brasília dizer que não há o que conversar com o presidente da República”, me revelou Raisa Rabelo, que integra ainda a Marcha Mundial das Mulheres, movimento feminista iniciado naquele mesmo 2000. Ela afirma que há 19 anos, quando as duas marchas começaram, existia uma perspectiva de diálogo com o governo Fernando Henrique Cardoso, mesmo que a política econômica fosse bastante liberal. “Agora vamos lá para ocupar nosso espaço, como uma forma de protesto”, diz. Em 2015, governo Dilma, o tom era bem diferente, e representantes da Marcha das Margaridas chegaram a entregar a pauta do movimento ao então ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rosseto.

Parte das mulheres que estarão marchando e que assumem essa face mais combativa nesta edição da Marcha produz alimento sob os conceitos da agroecologia, e isso significa que renegam sementes transgênicas e pesticidas [extremamente](#) tóxicos (na lista de 51 novos agrotóxicos aprovados recentemente, 17 estão classificados como extremamente tóxicos), prezam pela biodiversidade, pela preservação e conservação ambiental. Sem dúvida, um Brasil à parte de Brasília.

Por Giulliana Bianconi

25 de julho: A visibilidade da mulher negra

e a luta para romper o silêncio

A data oportuniza a discussão sobre os meios para superar a opressão histórica sobre as mulheres negras

(Brasil de Fato, 25/07/2019 - acesse no site de origem)

Mesmo pertencendo a maior parcela da população, uma vez que vivemos em um país no qual temos uma maioria de negros e mulheres, as mulheres negras permanecem sendo as mais exploradas e negligenciadas socialmente. Realidade que pode ser constatada nos dados que tratam do mercado de trabalho, no mapa da violência ou na representatividade política. A frente e por trás disso, o racismo e preconceito, cada vez mais arraigados. O dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Afro-Latina, Americana e Caribenha e também Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, é uma boa oportunidade para a reflexão sobre essa situação.

No país, elas são 55,6 milhões, chefiam 41,1% das famílias negras e recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas. Os dados foram extraídos do [Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça](#), de 2015, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Já no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o último Censo, em 2010, a população negra é de 22%. Sendo esse percentual baseado na autodeclaração, a estimativa variável é que haja 17% de mulheres negras. Cabe observar que ao falar de mulheres negras, estão as mulheres pretas, pardas (de diversas miscigenações).

Quando observamos os dados de homicídios, os dados não são nada animadores. De acordo com o [Atlas da Violência 2019](#), foram registrados 4.936 assassinatos de mulheres em 2017, sendo que 66% das vítimas é negra, morta por armas de fogo, tendo boa parte acontecido dentro de casa. Na política, dados da campanha [Mulheres Negras Decidem](#) apontam que, em 2018, dos 513 parlamentares, apenas 10 eram mulheres negras.

No mercado de trabalho, de acordo com Lucia Garcia, economista do Dieese e especialista em mercado de trabalho, em 2017, quando ultrapassávamos o período em que a crise brasileira e latina se tornou crônica, se observa que as mulheres negras voltam a enfrentar taxas de desemprego (21,1% da Força de Trabalho negra feminina) muito mais altas que as mulheres não negras (11,1%) e do que os homens não-negros (9,4%), tornando-se assim o grupo mais vulnerável ao desemprego.

“Além disso, quando obtiveram ocupações, as negras estavam em maior proporção em inserções vulneráveis, como o assalariamento ilegal (sem a CTPS assinada), 6,6% das ocupadas negras, enquanto entre as não-negras essa proporção era de 3,8%. Enclaves produtivos associados ao trabalho pesado e pouco valorizado também tradicionalmente são os lugares da mulher negra, como o emprego doméstico, que absorvia 23,4% das negras ocupadas, ao passo que apenas 11,5% da não negras. [Como resultante desse quadro, a remuneração das negras tem ficado muito aquém de outros segmentos populacionais](#) (68% do rendimento médio dos homens não negros)”, aponta.

“No período recente, as mulheres negras conheceram melhoria em sua condição no mundo do trabalho, sobretudo entre 2005 e 2014, mas tão logo o esgotamento do modelo do governo democrático-popular se apresentou, sendo substituído pelo austericídio, a condição dessa

população piorou rapidamente”, conclui.

Para além dos números

Além de confrontar os números, há a realidade subjetiva que precisa ser analisada quando falamos da luta e resistência das mulheres negras, subjetividade observada no silenciamento e abafamento de suas vozes. Para a doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Winnie Bueno, o pacto narcísico da branquitude e as novas formas de silenciamento da violência racial são duas características contemporâneas que aprofundam os desafios do combate ao racismo no Brasil. “Estamos sendo governados por um presidente que nega a existência do racismo. Isso é grave, isso é bastante sério e isso faz com que o governo possa se omitir de enfrentar o racismo enquanto problema social”, ressalta.

Ela destaca que as mulheres negras vivem uma tensão dialética entre ativismo e opressão, o que faz com que os momentos de maior violência sejam também momentos de ampliação de formulações políticas, educacionais e estratégicas. “É um momento onde direitos dos grupos oprimidos estão sendo mais diretamente atacados, e isso impacta na vida de mulheres negras, mas é também nesses momentos que as formulações e estratégias políticas desenvolvidas por essa coletividade adquirem complexidade”.

No que diz respeito ao Sul do país, para além de todos os desafios relacionados ao racismo e ao sexismo, temos a questão da invisibilidade, frisa Winnie. “A narrativa que não existem pessoas negras no Sul faz com que a nossa atuação seja mais dificultada. A primeira organização de mulheres negras do Brasil nasceu aqui, a ONG Maria Mulher, da educadora Maria da Conceição Fontoura. Entretanto, não é nacionalmente reconhecida e celebrada como é Sueli Carneiro, por exemplo. Essas mulheres são contemporâneas, ativistas fundamentais para a luta de mulheres negras, mas a dinâmica de marginalização das mulheres negras no sul oculta trajetórias”, conclui.

Pioneira

A ONG Maria Mulher foi a primeira organização a juntar feminismo e movimento negro no país. Ela foi construída em 1987, momento da redemocratização do país. Na época, de acordo com Sandra Maciel, uma das coordenadoras da ONG juntamente com Maria Conceição Lopes Fontoura, o movimento negro tinha as suas pautas mas as mulheres negras estavam construindo as suas próprias formas de enfrentamento ao racismo e ao machismo. Ao se analisar a situação das mulheres negras no estado, afirma, “Estamos por nossa própria conta, fazendo os caminhos, criando oportunidades, porque ainda somos as últimas da pirâmide em uma sociedade racista e sexista”.

Em relação aos avanços, Sandra destaca a conquista em postos de trabalho, onde eram vistos somente pessoas não negras. “Colorimos as universidades do Brasil fora”. Em contrapartida os retrocessos, aponta, são os a sociedade está vivendo na questão da reforma da aposentadoria, nas mudanças das leis trabalhistas, nos ataques na educação. Ao abordar a questão dos números de violência às mulheres negras, Sandra, frisa que a precariedade das condições sociais, econômicas, psíquicas faz da mulher negra uma vítima potencial de quase todos os tipos de violência e nisso está incluso os homicídios e feminicídios.

Mídia (jornalismo), judiciário e mercado editorial

Esses três segmentos, assim como em tantos outros, refletem a imagem e presença da mulher

negra na sociedade como um todo, onde a estética não é aceita, a história é invisibilizada e a voz abafada.

Para a jornalista Jeanice Dias Ramos, as dificuldades não terminaram para as mulheres negras jornalistas, mas apesar de todos os percalços, ela acredita que a nova geração traz uma nova esperança e perspectiva. “Nós, jornalistas negras, com eu, a Vera Daisy, a Vera Cardozo, a Delcinara Nascimento, passamos por uma etapa muito difícil. Éramos muito solitárias nas redações, uma no meio de uma multidão. Isso está alterando, é um grãozinho de areia, mas está alterando. As novas jornalistas negras estão abrindo mais espaço, e não é um processo tão doloroso como foi o nosso. Os tempos são outros, as mentalidades não estão tão enraizadas”, acredita.

A também jornalista e repórter, Fernanda Carvalho, enfatiza que ainda se está muito aquém do ideal. “Temos que seguir caminhando e abrindo espaços”, afirma. Tratando da presença das mulheres na mídia e no jornalismo, Fernanda pontua que duas questões precisam ser vistas: a visibilidade e a representatividade. “Visibilidade é bacana, é bom vermos mais profissionais negras diante da tela, por exemplo, mas ainda precisamos estar nos outros espaços: redatores, editores, pauteiros.. Aí entra a representatividade. Temos que ter voz ativa nos espaços decisórios”, analisa.

De acordo com ela, na prática, infelizmente, depende-se de uma profissional negra em muitas redações para que as pautas ganhem espaço. “De uma maneira geral, quem pensa o jornalismo não é ainda sensível neste sentido. E quando é, parece que ainda não o suficiente. Ainda temos muito a avançar, mas também é importante vermos que já caminhamos neste sentido”, observa.

Ao se falar de espaços de poder, a juíza Karen Luise Vilanova Batista de Souza Pinheiro, da 1ª Vara do Júri de Porto Alegre, relata que as mulheres negras não ocupam esses espaços, que a ausência é visível em todos eles: executivo, legislativo e judiciário. “Essa condição gera um saldo negativo de vocalização de demandas próprias, precarizando condições de sobrevivência. Quem melhor pode dizer sobre a escola, o saneamento básico, o sistema de saúde, a habitação, o salário para uma mulher negra do que ela própria? Ninguém. Portanto, vivemos um quadro dramático”, analisa.

No setor Judiciário, Karen aponta que a realidade é de um setor branco e do gênero masculino. “Realizamos a justiça com esse viés unidimensional sobre o mundo. Não há pluralidade e diversidade no Poder Judiciário. Represento menos de 1% da magistratura feminina preta brasileira”, afirma. A magistrada conta que na maioria das vezes, em encontros com estudantes, eles dizem nunca terem visto uma juíza negra.

“O que significa dizer que gerações não constituem sua identidade de forma positiva, compreendendo como possível estarem em determinados lugares e exercerem certas funções. Ao contrário, mulheres negras constituem-se de modo negativo, percebendo-se como incapazes de ocupação de espaços e de exercício de poder. Acaso as coisas permaneçam como estão, nada mudará”, reflete. Para ela, vive melhor a mulher negra e sua família quando lhe são garantidos direitos sociais e trabalhistas.

No mercado editorial a jornalista e editora literária Fernanda Bastos, da editora Figura de Linguagem, diz que o segmento é muito similar aos outros espaços. “O racismo é estrutural, e o mercado editorial reflete essas opressões de gênero, raça e classe. Avanços têm sido conquistados, especialmente a partir do século 21, por conta da organização das mulheres

negras, mas os ganhos coletivos surgem lentamente”, observa.

Pode-se ter uma ideia das dificuldades enfrentadas, conforme Fernanda, ao pensar no fenômeno literário do século 20 que foi Carolina Maria de Jesus, em como foi difícil para ela se inserir e como, até hoje, tentam deslegitimar seus feitos e sua obra. “Mesmo sendo esse arrasa-quarteirão em vendas e trazendo a perspectiva dela, o lugar de fala, ainda assim houve estranhamento e rejeição do mercado”, pontua.

Na avaliação da editora, escritoras africanas que são sucesso de venda, como Chimamanda Ngozi Adichie, têm demonstrado que a experiência negra no mundo tem qualidade literária é vendável e contribui para uma nova perspectiva quando o assunto é literatura feita por mulheres negras. “Essas autoras mundialmente conhecidas alargam as possibilidades de consumo para outras mulheres negras, pois há um público que há muitos anos vinha sendo desprezado e que hoje começam a ser atendidos. Os êxitos de vendas e de projeto literário de Conceição Evaristo, Geni Guimarães e Ana Maria Gonçalves são exemplares do poder das narrativas de mulheres negras no Brasil”, afirma

Fernanda Carvalho sintetiza os desafios das mulheres negras em fazer com que suas pautas sejam vistas de maneira tão universal como outras pautas são. “Por exemplo, não vemos o genocídio da juventude negra ser tratado pela mídia – generalizando – como um problema do país. Parece que é um problema só nosso. Se é a mãe negra que chora, a gente que se resolve”, exemplifica. “Não há retrocesso maior do que voltarmos a dizer nos dias de hoje que somos todos iguais. Ou, pior ainda, que racismo nem existe. Não vamos deixar o mito da democracia racial, que só nos atrasou na luta por equidade, volte e ganhe força novamente. Vamos seguir em frente, honrando os passos daquelas que vieram antes de nós e pelas mulheres negras que darão continuidade a nossa luta”, finaliza.

Resistência e luta

“O 25 de julho nos lembra de nossos desafios, de nossas dores, mas também nos unifica. É um momento importante para debatermos os meios para superarmos a opressão histórica que opera em diversos níveis sobre as mulheres negras. Se o momento político é desfavorável para os ativismos, não é novidade para as mulheres negras, porque costumamos cavar nosso espaço sem contar com muita empatia”, conclui Fernanda Bastos.

Em 1992, na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana no Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, criou-se a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, onde definiu-se o dia 25 de julho como Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha. No Brasil, oficializou-se a data em 2014, quando a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.987 determinando o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

Tereza de Benguela, foi uma mulher quilombola, rainha e chefe de estado, que viveu no século XVIII no Vale do Guaporé. Ela liderou o Quilombo de Quariterê, no estado do Mato Grosso, que resistiu da década de 1730 até o final do século.

Atividades alusivas ao dia 25

Nesta quinta-feira, acontece uma aula pública, na Esquina Democrática, no centro de Porto Alegre, a partir das 17h. O debate vai contar com a participação de Claudenice Rodrigues (moradora da Ocupação Lanceiros Negros e integrante do Movimento de Mulheres Olga

Benario); Carla Zanella (coordenadora da Emancipa Mulher - Escola Feminista e Antirracista, cientista social, graduanda em direito); Tainah Motta do Nascimento (Advogada lesbofeminista antirracista e mestranda em Educação pela Unisinos, pesquisadora da trajetórias de professoras negras lésbicas no ensino público); e Lucia Garcia (Economista e especializada em teoria econômica, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia/ UFRGS, técnica do DIEESE e professora da Escola Ciências do Trabalho do DIEESE, coordenadora dos estudos e informativos sobre a inserção da População Negra em mercados de trabalhos metropolitanos, bem como sobre a condição de inserção produtiva das Mulheres Negras).

No sábado (27), acontece o debate “Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e Lei 10.639/03”, no Bar da Carla, na Lobô da Costa, 24, Porto Alegre, a partir das 14h30. A roda de conversa terá a participação de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (professora da rede municipal e criadora e coordenadora do Projeto Meninas Crespas); Perla Santos (professora da rede estadual, integrante do Coletivo Alicerce); e Karen Santos (vereadora de Porto Alegre pelo PSOL e Procuradora Especial da Mulher na Câmara de Vereadores).

Por Fabiana Reinholz | Edição: Marcelo Ferreira

“Estratégias para garantia de Direitos” - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha - São Paulo/SP, 31/07/2019

No próximo dia 31 de julho de 2019, na Ordem dos Advogados do Brasil, em São Paulo (SP), a Comissão da Mulher Advogada e a Comissão de Igualdade Racial realizarão um evento em celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. O evento que abordará “Estratégias para garantia de Direitos” contará com a participação de mulheres negras atuantes nas mais diversas áreas de conhecimento.



Programação:

Credenciamento - 09:30

10:00 - Abertura - MULHERES NEGRAS: INVISIBILIDADE - AUSÊNCIA E NEGAÇÃO HISTÓRICA DE DIREITOS

Dra. Claudia Patrícia de Luna - Presidente da Comissão da Mulher Advogada

I PAINEL: MULHERES INVISÍVEIS - 10h20 às 11h40

- *Sarah Brito*: Gestora de projetos e pesquisadora do Brasil Profundo produzindo e co-criando mostras, festivais, exposições, caravanas culturais, intervenções e espaços de saber baseados na auto-gestão.

- *Darling Ingrid Limeira*: Bacharel em Direito, com Especialização em Direito das Diversidades Sexual, Racial e Religiosa. Pós-Graduanda em História da Cultura Afro e Indígena Brasileira.

- *Neon Cunha*: Publicitária, diretora de arte, designer gráfica, funcionária da Prefeitura de São Bernardo do Campo e colabora como assistente de estilo com a marca Isaac Silva. Ativista transfeminista independente

- *Profa. Maria Ileana Faguaga Iglesias*: Historiadora, Etnóloga, Mestre em Antropologia Sociocultural, Faculdade de Filosofia e História, Universidade de Havana, Cuba.

Mediação: *Dra. Joyce Melo*

Advogada, formada pela Universidade Anhanguera, fundadora do Evo Coworking, escritório compartilhado que visa acolher empreendedores auxiliando-os em seu desenvolvimento pessoal e profissional de forma a fomentar a economia local.

II PAINEL - Impacto das Reformas Políticas - 11h45 às 12h45

- Reforma da Trabalhista e Previdência

Dra. Amarilis Costa: Advogada, Mestra em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades pela Universidade de São Paulo

- Pacote Moro: Uma ameaça à vida das mulheres

Dra. Maria Sylvia Aparecida De Oliveira: Advogada formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Conselheira Seccional da OAB de São Paulo; Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB.

- Mediação: *Dra. Priscila Pamela C. dos Santos*

Advogada criminalista, Presidenta da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB/SP. Coordenadora adjunta do núcleo de Sistema Prisional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM, Sócia do escritório Madi Rezende e Santos Advogado

INTERVALO ALMOÇO - DAS 12h45 às 14h00

IV - SAÚDE DA MULHER NEGRA - 14h00 às 15h00

- *Dra. Simone Henrique*: Conselheira Seccional da OAB/SP; Doutoranda em Direitos Humanos Faculdade de Direito/USP

- *Janete Alves Gomes*: Enfermeira, Diretora UBS Santo Onofre (Taboão da Serra), Supervisora de enfermagem no Hospital do Campo Limpo, Coordenadora de Saúde da População Negra em Taboão da Serra

- *Maria José Menezes*: Bióloga, Mestre em patologia Humana pela UFBA/Fiocruz e membra da Marcha das Mulheres Negras

- Mediação: *Dra. Ellem Jaqueline dos Santos Todão*

bacharela em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (2017), Pós-Graduanda em Perícia Criminal pela Verbo Jurídico, Pós-Graduanda em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Legale e Pós Graduanda em Direito Tributário pela Faculdade Legale.

V PAINEL - MENINAS NEGRAS: Invisibilidade e Desafios - 15h00 às 16h00

- Casamento infantil

Viviana Santiago: Pedagoga, Gerente de Gênero e Incidência Política na Plan International Brasil, e Coordenadora da Rede Meninas e Igualdade de Gênero-

- Violência institucional

Dra. Ana Paula Freitas: Advogada, mestranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC, Pós-graduanda em Direito Fundamentais, Graduada em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes

Mediação: *Dra. Mayara Silva Souza*

Advogada do Programa Prioridade Absoluta do Instituto Alana, especialista em Gestão Pública pelo Insper e em Legislativo e Democracia no Brasil pela Escola do Parlamento de São Paulo.

V - PAINEL - REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS - 16h00 às 17h30

- Sistema de Justiça

Dra. Valdirene Silva de Assis: Procuradora do Trabalho - Coordenadora de Prevenção e Combate à Discriminação (Coordigualdade) do MPT; Coordenadora do Comitê Temático Étnico-Racial, da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do MPT; Gerente do Projeto Nacional de Inclusão de Jovens Negras e Negros no Mercado de Trabalho; Membro dos Grupos de Trabalho de Raça, Inclusão e Acessibilidade, Comunidades Tradicionais, Empregabilidade LGBTI, Gestantes e Gênero e Interseccionalidades do MPT; Representante do MPT no Grupo Nacional do Direitos Humanos do Ministério Público Brasileiro.

- Grandes organizações

Ana Célia Minuto: Formada em Sistema da Informação e MBA Gestão de Serviços de TI com ênfase em ITIL ambos pela FIAP e possui MBA em Gestão de Projetos FGV. Consultora Empresarial e Carreira.

- Política

Leci Brandão: Deputada Estadual - São Paulo

Mediação: *Dra. Diva Zito*

Advogada, Conselheira Seccional da OAB/SP

Palestra Final - COMPLIANCE NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS DAS MULHERES

NEGRAS

Dra. Simone Henrique: Conselheira Seccional da OAB/SP; Doutoranda em Direitos Humanos Faculdade de Direito/USP

17:50 - Encerramento:

Dra. Diva Zito: Advogada, Conselheira Seccional da OAB/SP

As inscrições poderão ser feitas no local do evento mediante a doação de um quilo de leite em pó.

Projetos para combater violência crescem mais de 50% em assembleias legislativas

Número de propostas apresentadas no primeiro semestre para combater a violência em 11 estados e no Distrito Federal é 53,6% maior que o de discutidas em todo o ano de 2015

(O Globo, 22/07/2019 - acesse no site de origem)

Ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional começou a analisar o pacote anticrime enviado pelo ministro Sergio Moro, o interesse de deputados estaduais pela segurança pública cresceu no país. Levantamento feito pelo GLOBO aponta que o número de projetos apresentados no primeiro semestre para combater a violência em 11 estados e no Distrito Federal é 53,6% maior do que as propostas discutidas em todo o ano de 2015, primeiro ano da legislatura passada.

Os locais escolhidos são aqueles entre os piores índices de criminalidade em números absolutos, segundo o último Atlas da Violência. A quantidade de propostas sobre segurança saltou de 235, quatro anos atrás, para 361. O Rio de Janeiro aparece como o estado campeão de projetos apresentados — foram 97 nos primeiros seis meses do ano contra 58 durante todo o ano de 2015.

INTERESSE EM ALTA

Projetos de lei focados em segurança pública registram salto na primeira metade do ano nas assembleias legislativas estaduais

UF	2015*	2019**	Varição
RJ	58	97	↑ 39
SP	28	55	↑ 27
MT	21	35	↑ 14
PR	21	34	↑ 13
RS	11	30	↑ 19
MG	48	27	↓ -21
DF	12	22	↑ 10
SC	8	19	↑ 11
BA	10	16	↑ 6
AM	10	15	↑ 5
CE	4	8	↑ 4
AL	4	3	↓ -1
TOTAL	235	361	↑ 126

*Ano inteiro **Seis primeiros meses Fonte: Assembleias Legislativas Estaduais

Há ideias que tratam diretamente do combate ao crime, como a criação de regras para a utilização de drones em investigações ou a obrigatoriedade de equipamentos de reconhecimento facial em todas as praças de pedágio do estado. Também existem propostas que atendem a interesses das corporações, como a que exige uma unidade de saúde mental em cada batalhão e de um programa chamado “Segurança e saúde no trabalho dos agentes de segurança pública”. Algumas das ideias foram aprovadas no primeiro semestre no Rio, como a possibilidade de contratação de policiais civis aposentados para o quadro administrativo de delegacias.

Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) entre 2015 e 2018, a deputada Martha Rocha (PDT) credita o aumento à importância dada pelos eleitores às questões de segurança na última disputa.

— Mais do que nunca, a segurança foi um tema essencial para as eleições do ano passado. Como foi bastante decisiva, influencia diretamente no perfil dos projetos apresentados — diz a parlamentar.

Pelo Brasil, os deputados estaduais que assumiram seus cargos este ano têm mostrado preocupação com a violência dentro de escolas, propondo instalação de câmeras e detectores

de metais para tentar evitar crimes como o massacre de Suzano, que terminou com dez mortos em março, depois que dois atiradores entraram num colégio público de São Paulo. Nos 11 estados analisados, há ao menos 52 proposições para aumentar a segurança dentro de colégios.

Entre os textos, há projetos de monitoramentos das salas de aula por câmeras de segurança, uso de detectores de metais nas instituições e instalação de fechaduras com sistema de abertura interna. Também há propostas para tornar obrigatória a presença de seguranças ou de policiais armados nos colégios.

O fato de a violência ser vista como um problema “real e concreto” pela maior parte das pessoas ajuda a explicar o aumento de propostas, segundo o gerente do Instituto Sou da Paz, Felipe Angeli. Segundo ele, apesar da polarização político-ideológica, é consenso que a sociedade “vive uma situação crônica e insustentável no campo da segurança pública”. Ainda assim, diz ele, há outros fatores para justificar o crescimento.

— Há um fenômeno que é a participação cada vez maior de pessoas ligadas à segurança se candidatando a cargos eletivos, levando à formação de bancadas da bala. Esses candidatos policiais muitas vezes se associam a um discurso mais de endurecimento penal — afirma Angeli.

Violência contra a mulher

A cada dez propostas analisadas no levantamento, pelo menos três falam sobre segurança da mulher. Há, por exemplo, proposições que tentam facilitar a matrícula em escolas públicas de filhos de mulheres vítimas de violência doméstica ou que impedem condenados na Lei Maria da Penha de assumirem cargos públicos. Aparecem, em vários estados, projetos para instalar “botões do pânico” em ambientes públicos, a fim de permitir que mulheres alertem as autoridades quando se sentirem ameaçadas.

Para a deputada distrital e procuradora da mulher da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Júlia Lucy (Novo), a pauta nas assembleias regionais é um reflexo do elevado número da violência contra a mulher no Brasil. Houve um crescimento de cerca de 30% no número de mulheres assassinadas entre 2007 e 2017, de acordo com o último Atlas da Violência. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas no último ano analisado pela pesquisa, uma média de mais de 13 por dia.

— É um assunto que realmente machuca a sociedade, então fizemos um esforço concentrado para aprovar projetos voltados a essa linha — afirma Lucy.

O tema de armas, defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, quase não aparece nas assembleias e representa 4,7% das proposições sobre segurança pública. São Paulo é o estado com mais projetos de lei sobre o tema. Dois deles, ainda em tramitação, pedem a isenção de ICMS na compra de armas de fogo, munições e equipamentos por agentes de segurança.

Por Ana Letícia Leão, Guilherme Caetano e João Paulo Sacconi

12º Festival Latinidades reivindica saberes de mulheres negras - SP/SP, 23 a 27/07/2019

Pela primeira vez fora de Brasília, Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha chega à 12ª edição

[\(Agência Brasil, 21/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Começa nesta terça-feira (23), no Centro Cultural São Paulo, a 12ª edição do Latinidades - Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha. O evento ocorre pela primeira vez fora de Brasília. A programação - entre *show*, feiras e debates - tem como objetivo fortalecer a identidade, a formação política e técnica, o empreendedorismo e estimular a produção artística, cultural e intelectual de mulheres negras. O festival ocorre até o dia 27, na semana em que se celebra, em 25 de julho, o Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha desde 1992.

A coordenadora-geral do evento, Jaqueline Fernandes, destaca que, após mais de uma década de festival, ele se firma como “uma plataforma para produção de conhecimento científico, artístico, intelectual e de saberes diversos de mulheres negras”. Ela relembra que, quando o festival surgiu, a data de 25 de julho não tinha visibilidade no país e havia uma produção artística de mulheres negras sem meios de circulação. “A gente queria criar esse espaço.”

A edição deste ano traz o tema Reintegração de Posse. “Esse tema nasce em conversas com Erica Malunguinho, que é essa grande artista e intelectual negra, que hoje é deputada [em São Paulo]. A reflexão que trazemos é que nós mulheres negras somos produtoras de conhecimento, de riqueza. Ao mesmo tempo, nós somos as mais impactadas pelo racismo e o usufruto dessa riqueza é negado”, destacou Jaqueline. O tema reflete sobre a contribuição da população negra nas ciências, na tecnologia, nas artes, na política e em diferentes campos do conhecimento.

Em 2019, o festival reunirá representantes de Moçambique, Guiné Bissau, Angola, Camarões, da Jamaica, República Dominicana, Argentina, dos Estados Unidos, além do Brasil. O evento será aberto pelo bloco Ilú Obá De Min, que é formado apenas por mulheres. Elas fazem uma intervenção cultural baseada na preservação do patrimônio imaterial. “O bloco baseia seu repertório em cantos e danças das culturas populares, além de composições próprias, realizando uma ópera de rua comandada pela força dos tambores”, diz o texto de apresentação do grupo.

Entre as convidadas participantes nas mesas de debates estão intelectuais, pesquisadoras, ativistas, escritoras e produtoras culturais. Nos debates serão trazidos temas como ancestralidade, religiosidades negras, literatura, moda, economia, colonialidade, ativismo negro, entre outros. Todas as atividades precisam de pré-inscrição pelo site <https://www.afrolatinas.com.br/>

A festa de encerramento, no dia 27, ocorre na Casa Natura Musical com desfiles e shows de A.M Strings (EUA) e participação Laylah Arruda (Feminine Hifi), ZAV (Moçambique) e, do

Brasil, Bia Ferreira e Doralyce, com o lançamento do show Preta Leveza. Apenas o encerramento é pago e o ingresso pode ser adquirido no site da casa de shows.